

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS LIVROS DIDÁTICOS DA/NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: REFLEXÕES

Valéria Campos Cavalcante e Nayanne Lima Alves

RESUMO: Este artigo surge com o objetivo de analisar o percurso histórico e normativo que permeou a elaboração de materiais didáticos e livros didáticos, específicos, para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Para a realização desta investigação, adotamos como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa, com ênfase na pesquisa bibliográfica. Diante das leituras realizadas, foi possível traçarmos uma linha histórica da elaboração e a utilização de materiais e livros didáticos na EJA, considerando neste percurso aspectos históricos, políticos e sociais do/no Brasil que mais influenciaram para essas escolhas. Dentro deste contexto, há que se considerar a legislação brasileira que fundamenta a implementação e escolha dos livros didáticos da/na EJA na atualidade, podendo citar, especificamente, a elaboração do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos – PNLA, por meio da Resolução/CD/FNDE nº 01 de 13 de Fevereiro de 2009 (Alterada pela Resolução nº 07, de Junho de 2013), e da Resolução CD/FNDE nº 51, de 16 de dezembro de 2009 (PNLD-EJA) e as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, sancionada pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de Julho de 2000. Como fundamentação metodológica, nos aprofundamos em autores como Mello (2010, 2015), Cavalcante (2009), Oliveira (2007), Freire (2002), Friedrich (2010), Flick (2009), entre outros. Tal análise nos permitiu avançar nos saberes epistemológicos sobre a temática abordada.

Palavras-chave: Livro Didático, EJA, Percurso Histórico.

INTRODUÇÃO

Como recorte, neste trabalho, trazemos discussões sobre os Livros Didáticos, elaborados e utilizados, especificamente, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Buscou-se como objetivo refletir sobre a trajetória histórica dos materiais didáticos e livros didáticos da EJA, para tanto, situamos importantes acontecimentos históricos, políticos e sociais que refletiram na readequação e reestruturação dos livros didáticos para o público da modalidade.

Partimos da hipótese de que os livros didáticos cumprem uma função social relevante na disseminação de conhecimentos e do saber letrado entre o público da EJA. Sobre esse aspecto, pode-se constatar que os livros didáticos, sobretudo para o público da modalidade, apresenta-se como um dos principais suportes de gêneros textuais, e consequentemente, um dos mais relevantes meios de letramentos.

Nesse sentido, ressalta-se a relevância do livro didático na Educação de Jovens e Adultos como ferramenta promotora na construção do saber científico, promovendo o acesso às diversas áreas de conhecimento, cumprindo desta maneira, sua “função social” (CAVALCANTE, 2009, pág. 34).

Atentamos, desse modo, à seguinte questão problematizadora: quais foram as mudanças sucedidas no cenário político e social brasileiro, que mais influenciaram na elaboração e escolha dos livros didáticos voltados para a Educação de Jovens e Adultos? Tomamos como referência os primeiros materiais utilizados para esse público no Brasil, até chegarmos aos dias atuais.

O livro didático vem se tornando, ao longo das últimas décadas, um objeto amplamente investigado, por pesquisadores e educadores, de diversas áreas e linhas de pesquisa da educação. Estes estudos, voltam-se, dentre outros aspectos, para a compreensão do livro didático como um documento histórico, abordando conteúdos e temas específicos, ou ainda, como um instrumento físico, o qual foi fabricado, analisado e aprovado, respeitando as diretrizes mercadológicas vigentes (CHOPPIN, 2004; MOURA, 2007). Nessa perspectiva, nos baseamos no conceito de livro didático definido por Silva (2010, [s.p.]), quando afirma que “os livros didáticos são confeccionados para serem utilizados nas salas de aula, com o objetivo de abordar disciplinas específicas, com conteúdos característicos, para diferentes níveis e modalidades de ensino”.

No que se refere ao livro didático utilizado nas salas de aula da Educação de Jovens e Adultos, entende-se que os temas abordados, devem:

[...] ser relevantes para os alunos jovens e adultos do ponto de vista social, cultural e científico, auxiliando-os a compreender e superar interpretações ingênuas sobre as relações entre a natureza, o ser humano e a tecnologia existentes em seu cotidiano (BRASIL, 1997, pág. 89).

Para a realização desta investigação nos baseamos na pesquisa qualitativa, alicerçados na pesquisa bibliográfica, por meio de artigos e escritos sobre o tema em pauta. Compreendemos que tal método investigativo proporciona uma análise criteriosa da literatura existente, acerca dos elementos que discutem sobre a temática escolhida (PRADONOV; FREITAS, 2013). Ao decorrer da nossa investigação, traremos aspectos relacionados ao perfil dos/as estudantes jovens e adultos, os percalços vividos durante suas trajetórias de vida e chegada aos espaços educativos. Seguidamente, traçaremos uma síntese histórica dos materiais didáticos, sobretudo, os livros utilizados da/na Educação de Jovens e Adultos.

METODOLOGIA

Como percurso metodológico, optamos pela pesquisa qualitativa, com ênfase na revisão bibliográfica. Para tanto, nos debruçamos sobre o percurso histórico dos livros didáticos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), até chegarmos aos dias atuais. Para realização dessa pesquisa recorreremos à análise bibliográfica sobre materiais e livros didáticos mais utilizados na referida modalidade.

Os textos pesquisados nos permitiram retratar o histórico dos livros didáticos e materiais didáticos que foram produzidos e utilizados direta ou indiretamente na EJA. Essa técnica nos possibilitou analisar materiais como: artigos científicos e livros elaborados especificamente sobre o tema. Moreira e Caleffe (1996, pág. 20), afirmam que o objetivo primordial dessa técnica é “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi produzido na área em questão”.

Segundo Flick (2009, pág. 23), os elementos essenciais para a realização da pesquisa qualitativa compreendem:

[...] a escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores respeito de suas pesquisas como processo de construção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos.

De acordo com Pradanov e Freitas (2013, pág. 54), a revisão bibliográfica possibilita ao/à investigador/a um contato direto com o que já foi escrito em jornais, livros, revistas e ainda, em trabalhos acadêmicos, como monografias, artigos científicos disponibilizados em periódicos, entre outras fontes. Tão importante quanto estabelecer critérios para análise meticulosa dos dados disponibilizados, é pertinente observar os níveis de discordância e veracidade dos dados colhidos, que porventura, sejam observados no decorrer da realização da pesquisa (PRADANOV; FREITAS, 2013, pág. 54). Compreende-se ainda que para alcançar os objetivos propostos, em uma análise criteriosa dos materiais, se faz necessário elaborar medidas de inferência textual, para que dessa forma possam ser produzidos conhecimentos e suposições lógicas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1.1 A gênese dos materiais didáticos mais utilizados na Educação de Jovens e Adultos no Brasil: entre avanços e retrocessos

As primeiras tentativas de educar com o auxílio de materiais didáticos no Brasil, data-se desde a chegada dos portugueses ao país, no séc. XVI. Os jesuítas utilizavam-se de alguns manuscritos como veículo de alfabetização para os nativos, com a finalidade de promover a comunicação e viabilizar o ensino do catolicismo. Dentre estes manuscritos, podemos citar a “gramática da língua Tupi-Guarani e os catecismos de doutrinas” (CAVALCANTE, 2009, pág.19).

Posteriormente, com a permanência da colônia portuguesa no território brasileiro, fez-se necessário a formação de novos/as trabalhadores/as que atendessem as necessidades da colônia, naquela época (FRIEDRICH *et al.* 2010, pág. 394). Tal processo, em contrapartida, instaurou no Brasil Colônia o que alguns escritores classificaram como uma tentativa de ‘aculturação’ e ‘domesticação’ dos antigos nativos (BRAGA; MAZZEU, 2017), uma vez que este acontecimento favoreceu o distanciamento dos primeiros povos indígenas de práticas culturais próprias.

Posteriormente aos trabalhos dos jesuítas, Friedrich (2010) afirma que com o advento da formação da mão de obra trabalhista, foi criada em 1854, a primeira instituição voltada para a escolarização de adultos analfabetos no Brasil. Pontualmente, foram aparecendo algumas iniciativas de formação para o público adulto no país,

sempre na perspectiva de se formar mão de obra para o mercado de trabalho. Dentro deste quadro, os materiais didáticos disponíveis para o público da EJA eram escassos, estando concentrados, especificamente, sob o domínio de um número limitado de pessoas que determinavam o que devia ser lido e ensinado. Neste sentido, Cavalcante (2009, pág. 21) destaca que:

[...] no Brasil, nessa época, uma minúscula elite intelectual, um círculo de letrados elitistas e conservadores decidiam sobre a educação voltada para a população brasileira constituída de homens, mulheres e crianças pobres, pardos e negros recém-libertados, destituídos de educação formal.

Nesta perspectiva, caminhando para a escolarização de adultos, foram elaboradas as cartilhas de ABC, ou as Cartas do ABC – assim definidas por apresentarem uma linguagem essencialmente infantil – era o principal recurso utilizado para fins educativos que se tinha conhecimento. Estas cartilhas, definidas por Oliveira (2007, pág. 24) como “o material impresso utilizado pela escola como forma de garantir o ‘sucesso’ da aprendizagem da leitura”. Segundo a autora, estas cartilhas resumiam-se a três métodos tradicionais de ensino: as cartilhas mistas, sintéticas e analíticas.

Contudo, no início do século XX, este recurso tornou-se insatisfatório, considerando as particularidades percebidas/observadas nas diferentes realidades sociais da época. Podemos observar tal afirmativa, no parágrafo a seguir:

As cartilhas, que prevaleceram durante décadas como único material para ensinar a ler e a escrever, passaram a ser consideradas insuficientes para atender as novas demandas sociais postas em relação à alfabetização (UNESCO, 2008, pág. 139).

Apesar dos livretos e cartilhas abordarem temas que evidenciavam as rotinas de trabalho e aspectos referentes, “o conteúdo básico [...] era praticamente identificado aos do ensino infantil primário” (MELLO, 2010, pág. 66).

No entanto, no final da década de 50, o educador Paulo Freire, no II Congresso de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro em 1958, propõe novas práticas educativas para estudantes adultos/as, dirigindo enfáticas críticas ao método de ensino disseminado pelas cartilhas e livretos. Freire (2002) afirmava que os materiais utilizados para o ensino de adultos analfabetos devia se distanciar da linguagem infantil e do método de memorização, para dar lugar a uma nova maneira de ensino, valorizando o cotidiano dos estudantes. Compreendemos isso, nas palavras do próprio Freire, (2002, pág. 77) ao afirmar que:

A memorização mecânica do perfil do objeto não é aprendizado verdadeiro do objeto ou do conteúdo. Neste caso, o aprendiz funciona muito mais como *paciente* da transferência do objeto ou do conteúdo do que como um sujeito crítico, epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento sobre o objeto ou participa da sua construção.

O conhecimento construído de maneira fragmentada e passiva foi sendo substituído à medida que novas possibilidades de ensinar foram sendo consideradas e solidificadas tornando o sujeito não mais um mero ouvinte, mas sim um construtor dinâmico/a e participativo/a de diferentes *saberes-fazer*s, onde suas culturas, histórias e cotidiano(s) são valorizados (FREITAS; OLIVEIRA, 2016).

Ainda na década de 1950, no seio dos movimentos sociais, surgem materiais didáticos voltados para a Educação de Jovens e Adultos, pautados na dissociação da perspectiva hegemônica de conhecimento. Tal acontecimento proporcionou ainda uma nova concepção curricular que antes invisibilizava e desconsiderava os saberes dos educandos trabalhadores. Neste sentido, Oliveira e Cavalcante (2016, pág. 31) afirmam que “oriundos de diferentes organizações da sociedade civil e inspirados nas ideias freireanas, os movimentos trabalhavam com propostas curriculares baseadas no diálogo”.

Com essa concepção de educação, os Movimentos de Educação e Cultura popular tinham autonomia para elaborar materiais didáticos, que rompiam com a perspectiva de um currículo conteudista e cientificista. A metodologia usava o diálogo, por considerar as especificidades dos estudantes a partir de seus contextos. Para Fávero (1983, pág. 15) essa metodologia de base freireana permitia a:

“[...] crítica do modo de trabalhar da escola tradicional, questionando, recusando as cartilhas como doação, transformando a aula num debate e o professor em um animador, Paulo Freire e sua equipe colocam, decisivamente, a alfabetização como o primeiro passo da ampla educação de adultos”.

Com a utilização de materiais baseados na realidade dos estudantes, as salas da modalidade ganhavam novos contornos, nova organização, surgindo assim os círculos de cultura, as rodas de conversas, nas quais se valorizavam as falas significativas dos sujeitos, privilegiando os saberes que possuíam, propiciando a construção de um currículo muito mais democrático. Dentre esses materiais podemos ressaltar a Cartilha “**Viver é lutar**” cujo conceito teórico-metodológico pautava-se nos saberes e visão de mundo dos/as educandos/as da EJA (OLIVEIRA; CAVALCANTE, 2016, pág. 31- 32).

Esse novo olhar para a EJA permitiu tomar a realidade dos estudantes como objeto de estudo pedagógico. E esta passou a fazer parte do currículo proposto em virtude da consideração pelas propostas de trabalho na experiência dos sujeitos, seus problemas, suas necessidades materiais e seus conflitos culturais. A consciência ingênua dos/as estudantes e as contradições sociais e econômicas que os/as dominavam e os/as vitimavam faziam também parte das discussões nos círculos de cultura, com suas indagações (FREIRE, 1996).

O retrocesso vem em 1964, com o início da ditadura militar, que trouxe consequências desastrosas para a EJA, sobretudo, na concepção dos materiais didáticos disponíveis para os estudantes adultos. Sobre isso, Cavalcante (2017, pág. 81) destaca que:

O governo ditatorial assumiu a alfabetização dos adultos com foco principal na preparação de mão de obra que deveria, minimamente, atender às necessidades do modelo vigente. E a EDA, passou a ser utilizada como estratégia de formação técnica, de despolitização, de suavização das tensões sociais.

Destacamos, neste sentido, como um dos resultados dessa interferência militar, os Movimentos de Cultura Popular foram suprimidos e em 1967, foi criado o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), e posteriormente, o Programa de Educação Integrada (PEI), com finalidade de atender ao público jovem e adulto analfabeto ou aqueles/as que eram poucos escolarizados/as, como forma de continuidade ao processo de escolarização (OLIVEIRA, 2007; ALMEIDA; CORSO, 2015).

Ao contrário do que foi antes proposto por Paulo Freire, o MOBRAL (1967-1985) concentrava-se em garantir uma educação tecnicista, focando, enfaticamente, no ato da leitura e escrita. Diante das mudanças realizadas, os livros didáticos foram organizados para atender às exigências do novo governo, que preconizava o fortalecimento da mão de obra trabalhista. (FREITAS; MOURA, 2007). Neste período, nota-se a produção de livretos e cartilhas abordando conteúdos que priorizavam a leitura, noções de álgebra, saúde e civismo, cujos ideais de patriotismo, ordem e respeito à família e pátria foram amplamente destacados (CAVALCANTE, 2017; OLIVEIRA; SOUZA, 2013).

1.2. Reconfigurações do processo de redemocratização brasileira: reflexos nos livros didáticos da/na EJA

Ao fazermos reflexões na linha de tempo focalizada, por meio de quadros histórico-teórico-epistemológicos, podemos observar que o campo do currículo na área da EJA, mas especificamente nos livros didáticos da EDA/EJA, podemos perceber que a partir do processo de redemocratização do Brasil, os livros didáticos elaborados para a modalidade tentavam romper com a concepção formalista de uma educação compensatória, superando a perspectiva de apenas prestar serviço à economia e ao mercado de trabalho do país.

A partir de 1985, após a fase da ditadura militar, houve significativos avanços em relação à Educação de Jovens e Adultos. Nesse contexto, os livros didáticos da EJA foram extremamente marcados pela presença da teoria crítica na educação, a chamada Pedagogia Crítica, que partia de análises das realidades sociais que sustentavam os ideais sociopolíticos da educação emancipatória.

Compreende-se que esse avanço no tocante à elaboração, edição e distribuição dos materiais e livros didáticos para a modalidade deve-se a toda uma legislação, sobretudo, a Constituição Federal de 1988, a influência da Lei de Diretrizes de Bases da Educação - 9394/96, e posteriormente as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, definida pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de Julho de 2000. Desse modo, houve o (re) surgimento das ideias libertadoras que antes foram difundidas por Freire. De lá para cá, as mudanças voltadas para os livros didáticos da EJA foram se tornando sólidas.

Em 1998, a ONG Ação Educativa elaborou a Proposta Curricular para o 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos, com a coparticipação de pessoas em todo Brasil, que tinham compromissos com a modalidade, para subsidiar o trabalho desenvolvido na referida modalidade. Essa proposta foi assumida pelo MEC, que comprou os direitos autorais da referida ONG.

Esse documento tornou-se norteador nos estados e municípios brasileiros. Para a materialização da proposta curricular para EJA foi publicada a coleção de livros didáticos **Viver, Aprender** (2001) que trazia uma gama de textos bem diversificados, com temáticas interessantes para a modalidade, referendada na realidade dos estudantes da EJA. Os livros foram organizados por eixos temáticos. Essa coleção é considerada por muitos professores da EJA como um dos melhores materiais elaborados para a

modalidade, especialmente porque considerava o contexto social dos estudantes e porque serviu de base norteadora, ao preencher a lacuna de anos passados.

Em 2007, a então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho) estabeleceram um convênio, por meio de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para elaboração de material didático específico para EJA, numa perspectiva crítica, que foi denominado de **Coleção Cadernos de EJA**.

A Coleção seguiu as orientações curriculares do MEC, em relação aos componentes; tem como eixo geral integrador os temas: Cultura e Trabalho, Diversidades e Trabalho, Economia Solidária, Emprego e Trabalho, Globalização e Trabalho, Juventude e Trabalho, Meio Ambiente e Trabalho, Mulher e Trabalho, Qualidade de Vida, Consumo e Trabalho, Segurança e Saúde no Trabalho, Tecnologia e Trabalho, Tempo Livre e Trabalho, Trabalho no Campo.

A principal característica dessa Coleção Cadernos de EJA é que se configurou como apoio aos professores em suas atividades diárias e fugia, portanto, do formato de receita, por meio do livro didático. Sendo assim, a Coleção reforçou a importância do planejamento temático na EJA, na perspectiva interdisciplinar. Apesar de suas muitas qualidades, muitos professores sentiam-se inseguros ou desconfortáveis para trabalharem as temáticas de base marxista, que não dominavam e, a formação continuada para que avançassem não aconteceu. Isso comprometeu em muito a utilização da Coleção, que em pouco tempo caiu em desuso, nas escolas de EJA.

Apesar de suas muitas qualidades, muitos professores sentiam-se inseguros ou desconfortáveis para trabalharem as temáticas de base marxista, as quais não dominavam. Além do mais, a formação continuada para que avançassem, não aconteceu. Esta realidade comprometeu consideravelmente a utilização da Coleção, que inevitavelmente caiu em desuso nas salas de aula da EJA.

Mais recentemente, no final da década de 2000 inicia no país, mesmo que tardiamente, a elaboração de legislação que normatiza a elaboração e a escolha de livros didáticos para a modalidade. Nesse aspecto, podemos mencionar a elaboração do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos – PNLA, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio da Resolução CD/FNDE nº 01 de 13 de Fevereiro de 2009 (Alterada pela Resolução CD/FNDE nº 07, de Junho de 2013) e a Resolução CD/FNDE, nº 51 de 16 de Setembro

de 2009 (PNLD-EJA), que estabelece apoio financeiro a projetos que visavam à apresentação, organização e elaboração de materiais pedagógico-formativos para a modalidade (BRASIL, 2007; 2008).

Diante dessa legislação e incentivo, atualmente há muitas coleções de livros didáticos disponíveis para EJA no mercado. Algumas com qualidade, outras nem tanto. É possível afirmar que PNLD-EJA trouxe, de fato, importantes contribuições quanto à definição de material didático para o público da EJA em todas as redes pública de ensino, contemplando todos os segmentos, bem como, todas as disciplinas.

Entretanto, considera-se que o passo seguinte não deve ser desconsiderado, que é debater a qualidade real do material que vem sendo distribuído aos alunos e professores da EJA em todo o país. Neste contexto, é fundamental, exigir a devida utilização dos Critérios Eliminatórios e discutir: processos de avaliação das obras, a concentração das vendas nas mãos de poucos grupos editoriais e a ausência de correções nas obras por parte dos autores e editores. É válido ainda salientar que de acordo com o informe emitido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), não houve aquisição de novos livros para a Educação de Jovens e Adultos, para o ano de 2019.

CONCLUSÃO

Este artigo surge com intuito de analisar o percurso histórico e normativo que permeia/ou a elaboração de livros didáticos para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Em nossa pesquisa bibliográfica podemos constatar que os primeiros materiais didáticos utilizados na modalidade estavam a serviço do processo de catequização, e posteriormente, na década de 1930 à serviço do mercado de trabalho, o que perdurou durante um longo tempo.

Posteriormente, no final da década de 1950, no meio dos movimentos sociais surgem materiais didáticos voltados para a Educação de Jovens e Adultos, pautados na realidade dos estudantes, todos de base freireana. Com a utilização de materiais baseados na realidade dos estudantes, as salas da modalidade ganhavam novos contornos e nova organização. Surgiam assim os círculos de cultura, as rodas de conversas, nas quais se valorizavam as falas significativas dos sujeitos, privilegiando os

saberes que possuíam, propiciando a construção de um currículo muito mais democrático,

Em 1964, no período do regime militar, houve um enorme retrocesso na educação brasileira, e em específico na EJA, tendo entre as suas principais consequências: a repressão dos movimentos sociais do campo e da cidade, o exílio de intelectuais da época e a criação do Movimento Brasileiro de Educação – MOBREAL, em 1967. Os materiais didáticos utilizados durante o MOBREAL, de sobremodo, os livros, foram marcados pela presença da ideologia nacionalista, cívica e moral, além distoarem dos saberes dos/as estudantes da classe trabalhadora.

Com a democratização do país, percebe-se um avanço no tocante a elaboração, edição e distribuição dos materiais e livros didáticos para a modalidade. A partir da Constituição Federal de 1988, a influência da Lei de Diretrizes de Bases da Educação - 9394/96, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, definida pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de Julho de 2000, sancionada pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de Julho de 2000 e mais recentemente, a elaboração do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos – PNLD EJA, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), legalizada pela Resolução CD/FNDE nº 01 de 13 de Fevereiro de 2009 e a Resolução CD/FNDE nº 51, de 16 de Setembro de 2009 (PNLD-EJA)

Diante dessa normatização, ressaltamos que na década de 2000 houve na elaboração dos livros didáticos da EJA influências das teorias críticas e pós-críticas, que rompem com o primado da racionalidade moderna, mesmo de forma pontual, que possibilita práticas curriculares plurais, nas quais os conhecimentos formais dialogaram com aqueles trazidos pelos estudantes, num entrecruzamento de múltiplos saberes nos parecendo apontar para novas perspectivas paradigmáticas na EJA.

Observamos que neste início de século XXI, há um avanço significativo no tocante à disponibilidade de livros didáticos para EJA, o que, entretanto, não garante a qualidade destes materiais. Consideramos que apesar das formulações das legislações vigentes para aquisição, reestruturação e distribuição do material didático para o público jovem e adulto, assim como a readequação das propostas curriculares, percebe-se ainda que os conteúdos percebidos nos livros didáticos, pouco dialogam com as especificidades e pluralidades compreendidas/observadas nos/as dos/as estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Ao analisarmos os livros disponíveis para a modalidade, percebe-se que ainda prevalece, em algumas coleções, o discurso tecnicista e cartesiano, uma vez que há na EJA um apego as influência das práticas educativas engessadas e currículos trabalhados na perspectiva tradicional, tão populares nas décadas de 40 e 50. A consequência da má qualidade dos livros didáticos aliada a outras questões da educação pública estão expostas nos índices negativos em relação ao nível de leitura. Por isso, se constata um índice tão elevado de pessoas jovens e adultas que até conseguem ler e escrever de forma rudimentar, mas que são incapazes de utilizar de maneira produtiva esses conhecimentos.

Entretanto, quer para “domesticar” o estudante trabalhador/a ou para formá-lo/a auxiliando-o/a na construção da sua autonomia e consciência crítica e cidadã, o livro didático desempenha um papel significativo no processo de ensino e aprendizagem do estudante jovem e adulto, que muitas vezes dispõe unicamente deste material, para construir e ampliar seus conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A; CORSO, A.M. Educação de Jovens e Adultos: Aspectos Históricos e Sociais. In: XIV Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2015. Anais... Paraná. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf>. Acesso em 20/08/2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 20/08/2019.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de Julho de . Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adulto. Brasília 2000. Brasília: MEC. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em 15/08/2019.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE Nº 01 de 13 de Fevereiro de 2009. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos. . Brasília: MEC. Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3360-resolucao-cd-fnde-n-51-16-de-setembro-de-2009>> .Acesso em 15/08/2019.

BRASIL. Resolução CD/FNDE N° 51, de 16 de Dezembro de 2009. Estabelece critérios para a apresentação, seleção e apoio financeiro a projetos que visem o fomento à produção de material pedagógico-formativo e de apoio didático de EJA, à formação de educadores, coordenadores e gestores da EJA. Brasília: MEC, 2009.

BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. C.. O analfabetismo no Brasil: lições da história. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara/SP, v.21, n.01, 2017. pág.. 24-46, Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.1.2017.9986>>. ISSN: 1519-9029.

Acesso em: 15/08/2019.

CAVALCANTE, V. C. (Des) invisibilizando os currículos na EJA de escolas públicas de Maceió. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Centro de Educação (CEDU), Programa de Pós-Graduação em Educação, Maceió, 2017. pág. 184.

CAVALCANTE, V.C; OLIVEIRA. I. B. Cultura (s) e práticas culturais na educação de jovens e adultos: um estudo no/do/com o cotidiano da escola e contexto escolar. In: LOPES, D; OLIVEIRA, I. B. FREITAS, M. Q.(Org). Educação continuada: currículo e práticas culturais, 1 ed. Rio de Janeiro: DP et Alii, 2016. pág. 168.

CERTEAU. M. A invenção do cotidiano: 2 .Morar, cozinhar 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, 2004. pág. 549 – 566. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>> . Acesso em 20/08/2019.

FÁVERO, Osmar. (Org.). Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FLICK, U. Introdução à Pesquisa Qualitativa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 pág.

FREIRE, P. A Pedagogia da Autonomia. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 168 pág.

FREITAS, M.L.Q; MOURA ,T.M .M. Educação de Jovens e Adultos : uma releitura das políticas e ações. In: FREITAS, M.L.Q; MOURA ,T.M .M. Proposta de Formação Alfabetizadores em EJA: Referencias teórico-metodológicos. Maceió: MEC, UFAL, 2007. pág. 158.

FRIEDRICH, M. et al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, 2010. pág. 389-410.

LIMA, W. S.R; OLIVEIRA, E.D; FREITAS, M. L.Q. O Livro Didático da Educação de Jovens e Adultos: Uma Análise do Tratamento dado às Práticas Culturais. In: XIV Congresso

Nacional de Educação – EDUCERE, 2015. Anais... Paraná. Disponível em : <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16645_7722.pdf>. Acesso em 03/07/2019.

MELLO, P.E.D. Material Didático para a Educação de Jovens e Adultos : história, formas e conteúdo. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação (Tese), São Paulo, 2010. pág. 254.

MELLO, P.E.D. Programas de Materiais Didáticos para a EJA no Brasil (1996- 2014): trajetória e contradições. Atos de Pesquisa em Educação. Blumenau, v. 10, n.1, pág.80-99. Disponível em:<<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/4591/2938>>. Acesso em 30/07/2019.

MOURA. T. M. M. A prática pedagógica dos alfabetizadores dos jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygostsky. Maceió: Inep, Edufal,1999.

SILVA. P.V. B. Livro Didático. In: Oliveira. D.A; DUARTE, A.M.C. VIEIRA.L.M. F. DICIONÁRIO: trabalho. profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

OLIVEIRA, E. D. O Livro Didático na Educação de Jovens e Adultos. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Centro de Educação (CEDU), Programa de Pós-Graduação em Educação (Dissertação) , Maceió, 2007. pág. 107.

OLIVEIRA, L. B.; SOUZA, S. T.. A alfabetização no Mobral, métodos e materiais didáticos (Uberlândia/MG, 1970-1985). Revista Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa, Brasil, São Paulo, volume 1, nº. 13, pp. 11 – 37, Set. 2012. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Acesso em 04/09/2019.